



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 759/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1468/2014 (02 Vols.).

2- Assunto: Prestação de Contas Anuais.

3- Órgão: Maternidade Dona Nazira Daou.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. José Menezes Ribeiro Júnior – Diretor da Maternidade Dona Nazira Daou.

6- Unidade Técnica: DICAD/AM – Relatório Conclusivo nº 40/2014 (fls. 312/327).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2909/2014-MP-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 329/332v).

8- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anuais. Maternidade Dona Nazira Daou. Exercício de 2013.

*Contas regulares com ressalvas.
Recomendação à origem.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

9.1- À unanimidade nos termos do voto do Relator, no sentido de:

9.1.1- Julgar Regular com Ressalvas as Contas da Maternidade Dona Nazira Daou, sob responsabilidade do Sr. José Menezes Ribeiro Júnior, Diretor e Ordenador de Despesas, referente ao exercício financeiro de 2013, nos termos do art. 22, III, alínea “b” c/c o art. 25, ambos da Lei nº 2.423/96-TCE/AM e art. 5º, inciso II, da Resolução nº 04/2002-RITCE.

9.1.2- Recomendar à Origem que:

a) Nos exercícios vindouros seja adotado um melhor planejamento de suas ações, para que fatos como estes não voltem a acontecer, evitando a fragmentação de despesas;

b) Observe com maior rigor os ditames da Lei nº 8.666/93, principalmente no que diz respeito ao artigo 24 e seus incisos.

Por maioria, com voto de desempate proferido pelo Sr. Conselheiro-Presidente em favor do voto destaque do Exmo. Sr. Conselheiro Raimundo José Michiles, que deixou o Colegiado de aplicar multa ao responsável.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 759/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Vencido o Relator que votou pela aplicação de multa ao responsável.

10- Ata: 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 19 de dezembro de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral